



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639109 - SP (2021/0004765-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : HELDER FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : HELDER FERREIRA DA SILVA - SP424496
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE MELHADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE MELHADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 082046-17.2020.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, seja pela ausência de requisitos da segregação cautelar, seja pela falta de fundamentação idônea à prisão preventiva.

Narra sobre suas condições pessoais favoráveis para legitimar a reversão da prisão e o excesso de prazo da medida extrema. Faz apontamentos sobre a covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para responder a ação em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

Conforme consta da inicial, o impetrante aponta como ato coator decisão contida nos "autos do processo nº 2082046-17.2020.8.26.0000, PROFERIDA PELA 1ª CAMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO" (fl. 3).

Ocorre que o mesmo acórdão emanado pelo citado órgão já foi objeto de impugnação por meio do RHC n. 133984/SP, de relatoria do Min. Ribeiro Dantas, desprovido porque "o decreto preventivo está suficientemente motivado na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois, conforme

destacado pelo Tribunal de origem, foram apreendidos com o recorrente 630g de maconha", no que concluiu o relator que "Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva".

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Outrossim, as alegações de excesso de prazo e as atinentes à covid-19 sequer foram tratadas no citado acórdão, o que revela a supressão de instância intentada pelo impetrante.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente